



Por Pedro Ferreira e Renato Fragelli

Ferreira e Fragelli são professores da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV, da qual o primeiro também é coordenador de mestrado e o segundo é diretor

Meio mandato, poucos resultados

O Teto de Gastos e as reservas internacionais são as únicas amarras que contêm a crise de confiança

17/12/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O governo Bolsonaro está prestes a atingir metade do mandato, com muito pouco a apresentar. Pelo andar da carruagem, a segunda metade será uma reedição piorada da primeira.

No primeiro ano do atual governo, a despeito da falta de maioria no Congresso, para surpresa de muitos analistas, o saldo de reformas econômicas foi positivo. Com o decisivo apoio de Rodrigo Maia na Câmara e Davi Alcolumbre no Senado, aprovou-se uma importantíssima reforma que vinha sendo adiada há um quarto de século, a da previdência. Desde FHC, cada governo avançou incrementalmente nessa área, mas somente a reforma de 2019 extinguiu na prática a aposentadoria por tempo de contribuição, embora professores do ensino básico e militares tenham preservado o direito à aposentadoria precoce. Bolsonaro enviou a reforma ao Congresso, mas atuou nos bastidores para enfraquecê-la, retirando de seu escopo a sua clientela eleitoral mais fiel. Graças ao Congresso, e apesar de Bolsonaro, aprovou-se uma boa reforma da previdência que desviou o país de uma trajetória de endividamento explosiva, bem como reduziu desigualdades.

Teto de Gastos e altas reservas internacionais são as únicas amarras que contêm a crise de confiança

No início de 2020, já tendo o governo enviado ao Congresso as importantes PECs do Pacto Federativo, Emergencial e Administrativa, havia esperança de novo avanço na pauta de ajuste fiscal estrutural. Sem essas mudanças constitucionais, administradores públicos nos três níveis de governo não têm instrumentos jurídicos para conter o crescimento vegetativo de gastos correntes, mesmo que estejam dispostos a enfrentar o desgaste político decorrente desse tipo de medida. Acreditava-se que o mesmo Congresso que havia aprovado a reforma da previdência também aprovaria as PECs, ou uma versão negociada delas.

Outras reformas de menor custo político, por tratarem de temas específicos e técnicos, que não mobilizam o eleitorado, também apresentavam perspectiva de sucesso. Era o caso das novas leis do saneamento e de falências, finalmente aprovadas, e a lei de independência do Banco Central, ainda em negociações. No caso da reforma tributária, o governo permanecia sem uma proposta sua, enquanto cada casa do Congresso analisava uma PEC tratando do tema.

Em outras áreas, o governo Bolsonaro continuava a mostrar diariamente sua incompetência e falta de bom senso. No meio ambiente, a destruição de florestas passou a ser estratégia de governo, com graves implicações no longo prazo. Na política externa, a subserviência a Trump e a hostilidade à China, maior importador de produtos brasileiros, indicavam que questões puramente ideológicas tinham prioridade nas escolhas. Pautas identitárias e a facilitação à compra de armas e munições pela população, ambos temas pessoalmente liderados por Bolsonaro, sinalizavam uma total falta de foco.

A partir de março, a eclosão da pandemia deixou o governo perplexo. Os erros de avaliação do presidente, menosprezando a gravidade da covid-19, com queda de dois ministros da Saúde, evidenciaram um governo totalmente desnortado. Na área econômica, todo o planejamento do ano anterior, calcado na eliminação do déficit primário, teve que ser transformado num gasto colossal. Acuado, Bolsonaro partiu para um confronto quixotesco contra as instituições. As denúncias envolvendo seus filhos o levaram finalmente a recuar.

Na área econômica, a insistência do governo em reeditar a CPMF indica baixa probabilidade de que a reforma tributária seja aprovada durante o atual mandato presidencial. As reformas mais importantes para viabilizar a retomada do crescimento, justamente aquelas que exigiriam uma intensa e habilidosa atuação do presidente, têm pouca perspectiva de avanço. Enquanto isso, a dívida pública ultrapassa 90% do PIB, com prazo médio de vencimento cada vez mais curto. O Teto de Gastos, bem como as elevadas reservas internacionais acima de U\$ 340 bilhões, constituem hoje as únicas amarras que contêm a crise de confiança.

A recente queda do dólar e valorização do Ibovespa não se devem a melhorias no quadro doméstico, mas a boas novidades no exterior. O início da vacinação no Primeiro Mundo, bem como a perspectiva de racionalidade na política externa dos EUA após a derrota de Trump, levaram à valorização dos ativos financeiros internacionais. Sem mais ganhos relevantes a auferir nos seus países de origem, investidores estrangeiros destinam uma pequena parcela de seus portfólios a comprar ações e títulos públicos brasileiros, provocando elevações de preços significativas num mercado pequeno como o local.

Nada de relevante ocorrerá até a eleição dos futuros presidentes da Câmara e Senado, em fevereiro. Em seguida, o país vai pular Carnaval. A partir de março, a agenda parlamentar evoluirá lentamente com vistas às eleições de 2022. A única esperança é que o eleitor saiba escolher quando elas chegarem.

Pedro Cavalcanti Ferreira é professor da EPGE-FGV e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento

Renato Fragelli Cardoso é professor da EPGE-FGV

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Smartphone Samsung Galaxy A51 Android Tela 6,5" Super AMOLED Octa-Core 2.3 128GB 4G Câmera 48MP+12MP+5MP - Branco

R\$ 1.799 - AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Promocão Natal 100% Empreendedor!